



Parecer sobre a Prova de Exame Nacional da disciplina de Geografia A - 1ª Fase

Associação de Professores de Geografia

A prova de Geografia A realizada no passado dia 21 de julho de 2018, tem conteúdos relacionados com o estudo de Geografia de Portugal, conforme programa homologado pelo Ministério da Educação, pelo que merecem a nossa apreciação positiva.

Para a elaboração deste documento contámos com a colaboração e olhar atento dos professores de Geografia, classificadores e associados que nos fazem chegar as respetivas apreciações.

A prova, embora globalmente acessível, apresenta alguns itens de seleção (escolha múltipla) e construção (resposta aberta), que exigem elevada concentração na interpretação do enunciado e das respetivas opções de resposta, no caso particular dos itens da primeira tipologia, e de um uso proficiente da língua portuguesa (o que merece a nossa concordância). Considera-se, ainda, que a prova não coloca problemas de correção científica, é representativa dos conteúdos constantes dos documentos orientadores da disciplina. Por sua vez, os critérios de classificação colocam alguns problemas de interpretação aos professores classificadores, como mais adiante se especificará.

Informação prova

O documento Informação prova divulgado era vago e omissos nalguns aspetos inerentes à *Caracterização da Prova* – observa-se, a este propósito, a ausência de uma referência em relação à estrutura da prova, à inclusão de novas tipologias de itens e à cotação (pontos) respetiva a atribuir. Com efeito, considera-se que esta deveria ter alertado os intervenientes para eventuais alterações face às edições anteriores e/ou que tivesse havido divulgação de uma segunda Informação prova alertando, para as mudanças registadas em relação à estrutura, à tipologia e ao valor dos itens (quer de seleção quer de construção).

O facto de ser um exame Nacional, não pode e não deve inibir a tutela de enunciar as alterações formais nas provas. Os exames devem ser inéditos na formulação de itens de exploração dos conteúdos programáticos, mas não no que diz respeito à estrutura de distribuição dos itens e ao peso (cotação) associado a cada tipologia.

Itens

A redação dos itens da prova apresenta um grau de dificuldade mais acessível do que nas provas do ano letivo anterior, pela linguagem técnica/vocabulário adequada e de fácil entendimento para a generalidade dos alunos.

A seleção dos temas é equilibrada entre o 10º e 11º anos, integra uma amostra significativa do Programa, pois quer a escolha de alguns dos conteúdos específicos a testar quer a formulação de vários itens, constituem uma amostra significativa de objetivos e temas do mesmo, abrangendo não só Portugal continental como também Regiões Autónomas. Considera-se assim que os conteúdos abordados, revestidos de atualidade e pertinência e que carecem de reflexão pela sociedade em geral (incêndios florestais, gentrificação, plataformas digitais, entre outros), foram repartidos de forma similar entre os dois anos de escolaridade.

Congratula-se a existência de itens que implicam a mobilização de competências nas áreas do raciocínio e do pensamento crítico, em detrimento de itens que sobrevalorizem a memorização, a par da articulação efetuada entre conteúdos dos diferentes temas dentro dos grupos de itens, pois a Geografia é uma ciência de interrelação, multiescalar e não focada em conteúdos estanques e, ainda, o estímulo a práticas pedagógicas centradas na resolução de problemas.

Saúda-se a inclusão, através de exemplos, do estudo de caso, que faz parte do Programa de Geografia A. Contudo, é de registar que os dois itens que implicavam uma resposta relativamente extensa (7. e 14.) encontram-se centrados na perspetiva da figura do autarca. Considera-se uma redundância a insistência nessa perspetiva, quando haveria outras possíveis, como por exemplo, a de um técnico de planeamento, de um geógrafo, entre outros.

Peças gráficas e cartográficas

As peças gráficas e cartográficas introdutórias são, na generalidade, diversificadas e de boa qualidade gráfica, assentam em fontes documentais credíveis propiciando a aplicação das destrezas gráficas e cartográficas exigíveis a alunos de Geografia do 11º ano de escolaridade.

Tempo disponível para a realização da prova

O tempo disponível para a sua resolução é suficiente, pese embora uma divulgação prévia da alteração de estrutura da prova pudesse, eventualmente, ser favorável a alunos que apresentam dificuldades em termos de gestão de tempo.

Critérios de Classificação (CC)

O documento Critérios de Classificação carece de mais cuidado em futuras edições desta prova e merecem o nosso desacordo em alguns aspectos:

Cotação/Valoração

- i. Na página 2 pode ler-se "*Nos itens de resposta curta, são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.*" (1ª Fase). Considera-

se que a redação desta orientação gerou a expectativa nos professores classificadores e examinados de que nos itens de resposta curta também havia níveis de desempenho e, conseqüentemente, respetiva valoração de respostas parcialmente corretas e/ou incompletas, quando, segundo os CC, apenas foi atribuída a cotação de 6 pontos e não estão contemplados os parcialmente corretos.

- ii. Em futuras edições desta prova de exame, recomenda-se que seja clarificado *à priori* o que se entende por resposta curta e restrita bem como a cotação a atribuir em função do tipo de resposta que é suposto o aluno produzir. Em alternativa, pode ser registado, por exemplo, quando nos itens de resposta curta e restrita são exigidos dois ou mais elementos/aspectos, estejam contemplados níveis de desempenho e atribuída valoração respetiva.

Estas sugestões teriam evitado todo o ruído que ocorreu em torno da sugestão de atribuição de uma classificação intermédia, na correção dos itens 6., 8.1 e 15.1.

Critérios específicos de e correção

Em relação aos critérios específicos de correção apresentados, reforça-se que os dois itens de resposta extensa (7. e 14.) estão centradas na perspetiva de um indivíduo/entidade em particular, sendo questionável a obrigação do aluno saber as competências/atribuições do autarca. De igual modo, alguns dos tópicos de resposta contemplados são de grau de abrangência e/ou de ambigüidade muito diversa ou, inclusivamente, não integram competência das autarquias, como, por exemplo, no item 7. a “exploração de rochas ornamentais” e a “criação de serviços de *carsharing*” opções estas resultantes de iniciativas privadas e individuais e não das autarquias.

O processo de supervisão

De acordo com as informações e contributos que nos foram encaminhados o atual processo de supervisão, correção e classificação das provas de exame, carece de alguma reflexão, pelo facto de:

- Todos os professores corretores/classificadores poderem opinar sobre as dúvidas dos seus pares, o que introduz imenso ruído e constitui perda de tempo;
- O acesso e a visualização de dúvidas que outros corretores já colocaram é ineficiente e morosa, o que contribuirá para que alguns corretores/classificadores coloquem dúvidas que já foram apresentadas por outros;
- Os esclarecimentos do IAVE não terem coberto todas as dúvidas levantadas e os supervisores, ficando, portanto, os corretores/classificadores sem saber se essa opinião tem ou não carácter vinculativo.

A disciplina de Geografia A é a quinta no *ranking* de número de alunos (23474) que efetuaram a prova de exame nacional, a seguir ao Português, a Matemática A, a Física e Química A e a Biologia e Geologia. Congratula-se todos os intervenientes pelos resultados obtidos, com uma média de 11,6 valores e moda de 11 valores e, ainda, pela diminuição da taxa de reprovação para os alunos internos.

A prova correspondeu assim, em nosso entender, às expectativas da maioria dos alunos -e dos respetivos professores- que se envolveram, ao longo do ano letivo, nas situações de ensino e de aprendizagem da Geografia proporcionadas pelo programa.

É de salientar, ainda, que se torna fundamental rever a listagem de noções básicas/conceitos existente no programa de Geografia A, que, em nosso entender, além de excessiva, está desatualizada, no que se refere às políticas europeias, nomeadamente as medidas relativas aos diferentes programas operacionais que se foram sucedendo desde que programa de Geografia A foi homologado.

Lisboa, 18 de julho de 2018

A Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Emília Sande Lemos', written in a cursive style.

(Emília Sande Lemos)